

Sucessor do presidente Lula depende do resultado da crise

O resultado da eleição presidencial de 2010 dependerá, para sorte ou azar do presidente Lula e de seu (sua) condito (a), do resultado da crise econômica, que, por sua vez, depende das decisões de Governo e, principalmente, da maior ou menor desaceleração produtiva do mundo. A crise sistêmica e nenhum país, isoladamente, ficará imune a seus reflexos negativos.

Parece fora de dúvida que a situação do Brasil é menos dramática do que a de outros países, porque, apesar das taxas estruturais de juros, sua economia é dinâmica e possui fundamentos sólidos, acumulou grandes reservas, teve em 2008 um superávit primário gigante, próximo do déficit nominal zero, o câmbio é flutuante, a inflação está sob controle, as políticas sociais irrigam a economia com recursos, as instituições financeiras oficiais (BNDES, BB e CEF) dispõem de dinheiro para oferta de crédito, o PAC ajuda para efeito de manter a economia aquecida, entre outros aspectos positivos.

Entretanto, o fato de o Brasil estar em melhor situação no cenário mundial, embora seja um alento, pouca altera o quadro, especialmente se houver recessão e desemprego, já que o brasileiro não irá fazer comparações com outros países, mas com a situação do país anterior à crise.

Logo, o Presidente e seu Governo, antes de se preocupar com a escolha do(a) candidato(a) agora, deve priorizar o enfrentamento da crise, pois a eleição ou não do(a) candidato(a) oficial dependerá da situação econômica no momento da eleição.

As sucessivas crises políticas durante os dois mandatos do presidente Lula, graças à confortável situação econômica e aos programas sociais, em nada afetaram a situação e o prestígio governamental, e a prova cabal disto são os índices de popularidade do Presidente e de aprovação do Governo. Num ambiente de crise econômica, entretanto, uma crise política terá efeito devastador sobre a estabilidade do Governo, que fica vulnerável em dois dos três pilares de sustentação: o político e o econômico.

Neste cenário, o Governo deve agir em duas frentes para evitar a deterioração do quadro a ponto de tornar inviável uma candidatura com sua chancela: priorizar o combate à crise e buscar unificar sua base para a sucessão nas presidências da Câmara e do Senado.

A deflagração de uma crise política agora, e a sucessão no Congresso é uma fonte potencial forte, e terá reflexos devastadores sobre a governabilidade. Portanto, todo cuidado é pouco com essa disputa.

Estes, em nossa avaliação, são os desafios do Governo no momento. As forças políticas e eleitorais, que hoje estão reduzidas a quatro no país (PT, PSDB, PMDB e Bloco de Esquerda), bem como os cenários de disputa ou composição, serão objeto de reflexo em outro texto.

Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap